

## PANORAMA DO MERCADO DE TRABALHO EM ILHÉUS NO PERÍODO 2004/2023

### OVERVIEW OF THE JOB MARKET IN ILHÉUS IN THE PERIOD 2004/2023

Sérgio Ricardo Ribeiro Lima<sup>1</sup>

#### Palavras-chave

Mercado de trabalho.  
Emprego.  
Renda.  
Estagnação.

#### Classificação JEL

J40.

#### Keywords

Labor market.  
Employment.  
Income.  
Stagnation.

#### Resumo

O objetivo deste estudo é examinar a evolução e o comportamento do emprego e da renda no município de Ilhéus no período 2004-2023. A iniciativa do estudo deve-se à crise do cacau durante a década de 1990 e o aparecimento de novas atividades econômicas a partir do final desta década. O aporte teórico contemplou a crise cacauzeira e a abertura comercial a partir da década de 1990 com a “guerra fiscal” entre os estados e a atração de várias empresas para o estado e, em particular, para Ilhéus. A pesquisa é de natureza descritiva e comparativa. Investigou-se as seguintes categorias do mercado de trabalho: evolução do emprego (admissões, desligamentos e saldos); modalidades das contratações: CLT, temporário e intermitente; distribuição do emprego por nível de renda em relação ao sexo, nível de escolaridade e faixa etária; a massa salarial por sexo, nível de escolaridade e faixa etária. As análises tiveram por referência os diferentes governos: Governo Lula (2003 a 2010), Governo Dilma (2011 a 2015), Governo Temer (2016 a 2018) e Governo Bolsonaro (2019 a 2022) e início do 3º mandato do Governo Lula; considerou-se também a influência da Reforma Trabalhista (2017) e os impactos da pandemia (a partir de 2020). Observou-se que para o período em estudo Ilhéus não proporcionou avanços no emprego, na massa salarial e no fluxo de renda, ao mesmo tempo em que o emprego e a renda se concentraram em baixos níveis salariais, comprometendo a dinâmica econômica.

#### Abstract

The aim of this study is to provide a brief overview of the labor market in the municipality of Ilhéus in the period 2004-2023. The initiative of the study seeks to investigate the behavior of the labor market after the cocoa crisis and the respective economic diversification. The theoretical framework included productive restructuring and changes in the organizational form of production from the 1990s onwards, which had an impact on employment and income. As for the methodology used, the following labor market categories were investigated: employment trends (admissions, dismissals and balances); hiring modalities: CLT, temporary and intermittent; distribution of employment by income level in relation to gender, level of education and age group; the salary mass by gender, level of education and age group. The analyses were based on the different governments: the Lula government (2003 to 2010), the Dilma government (2011 to 2015), the Temer government (2016 to 2018) and the Bolsonaro government (2019 to 2022) and the beginning of the third term of the Lula government; the influence of the Labor Reform (2017) and the impacts of the pandemic (from 2020) were also considered. It was observed that for the period under study Ilhéus did not provide in employment,



<sup>1</sup> Pós-Doutorado em Ciências Sociais (Centro de Estudos Sociais da Universidade de Coimbra, Portugal), Doutorado em Sociologia (Universidade Federal de Pernambuco), Mestrado em Economia Política (Universidade Federal da Paraíba, Campus II, Campina Grande), Graduação em Economia (Universidade Federal da Paraíba, Campus II, Campina Grande). Docente do Departamento de Ciências Econômicas da Universidade Estadual de Santa Cruz (UESC). ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-9153-6147>. E-mail: [sricardo@uesc.br](mailto:sricardo@uesc.br).

---

salary mass and income flow, while employment and income were concentrated at low wage levels, compromising economic dynamics.

---

Recebido em: 30/11/2024

DOI: <https://doi.org/10.36113/rec.v9idossie.4559>

Aceito em: 22/07/2025

Publicado em: 26/12/2025

---

## 1 INTRODUÇÃO

No final da década de 1980 e durante a década de 1990, a Região Sul da Bahia (Região Cacaueira) e o município de Ilhéus, particularmente, vivenciaram o momento de decadência e crise da lavoura cacaueira após a infestação e disseminação da vassoura-de-bruxa. A década de 1990 foi um período de grandes mudanças na região com o fechamento de fazendas, dispensa de trabalhadores, êxodo rural e o incremento de novas atividades (Polo de Informática) e fortalecimento de atividades já existentes, a exemplo da agropecuária, do turismo em Ilhéus, que, por sua vez, incrementaram o comércio e o setor de serviços. Diante do exposto, questiona-se: o surgimento de novas atividades e a permanência de algumas já existentes, fortaleceram o mercado de trabalho na região?

O objetivo deste estudo é traçar um panorama do mercado de trabalho no município de Ilhéus no período de 2004 a 2023, após a crise do cacau. Justifica-se este período, pois foi a partir da década de 2000 que estes setores novos (assim como atividades já existentes, como a agropecuária e a piscicultura) entraram em atividade e tiveram repercussão na economia do município, assim como na década de 2010 houve forte retração de empresas no Polo de Informática. A escolha do município de Ilhéus ocorreu por algumas particularidades: a) sua dimensão territorial rural que favoreceu a expansão da lavoura cacaueira; b) por ter um setor urbano de relevância no contexto regional, junto com Itabuna; pelo forte impacto sobre o êxodo rural; e pelo surto significativo de novas atividades, em particular o Polo de Informática. Este panorama diz respeito à evolução e comportamento do mercado de trabalho.

Inicialmente, na Introdução, apresenta-se um cenário econômico e social da região e do município a partir da década de 1990, início, e momento mais crítico, da crise, abrangendo duas décadas e o início desta última década, a partir de 2021. Na seção 2 apresenta-se os aspectos metodológicos que orientaram o encaminhamento deste estudo. A terceira seção traz o aporte teórico sobre a instauração das políticas neoliberais, a abertura comercial e o desdobramento da competição entre os estados por investimentos estrangeiros, conhecido como “guerra fiscal”. Segue ainda nesta seção um panorama do mercado de trabalho no estado da Bahia. A quarta seção inicia o estudo do mercado de trabalho em Ilhéus, analisando a série histórica trimestral e anual das admissões, desligamentos e saldos da economia em geral.

A quinta seção investiga de modo geral e a partir da implantação da nova Reforma Trabalhista, as modalidades de contratação de trabalho no município: CLT, temporário e intermitente. A sexta seção investiga a distribuição do emprego, correlacionando uma

categoria central (faixas de renda) com outras categorias: sexo, nível de escolaridade e faixa etária. O estudo fecha com uma análise da evolução da massa salarial na seção 6, também correlacionando as faixas de renda com sexo, nível de escolaridade e faixa etária. A ideia nesta última seção é analisar em que faixa de renda se concentrou a massa salarial em Ilhéus nos períodos considerados através de sua correlação com: sexo, nível de escolaridade e faixa etária.

Entende-se que a justificativa e importância desta pesquisa dá-se por alguns aspectos que considera-se essenciais: primeiro, o impacto da crise no cacau no forte êxodo rural para o município de Ilhéus e o desemprego que se alastrou; segundo, por entender que teoricamente, o emprego (e por adendo, a renda gerada) é uma categoria essencial como indicador da dinâmica da economia em relação ao desenvolvimento, conforme expôs Celso Furtado; terceiro, pois o mercado de trabalho é uma categoria de pesquisa que envolve um conjunto de outras subcategorias cuja importância é significativa na ciência econômica: nível de escolaridade, classe social, faixa etária e sexo; como último aspecto, na ausência de microdados conjunturais (mensais e trimestrais) a nível municipal, por parte do IBGE, a exemplo do PIB, os dados do mercado de trabalho são os que mais apresentam elementos com menor período de tempo para análise.

## 2 ASPECTOS METODOLÓGICOS

A metodologia utilizada é uma análise comparativa para cada trimestre no período 2004-2023, dada a especificidade de cada um deles, seja sobre o efeito de eventos festivos, férias, feriados ou calamidades, seja em função de mudanças na estrutura setorial da economia por influência de políticas públicas ou relevância de outros setores da economia no período em análise. Como a base de dados foi do CAGED/RAIS e Novo CAGED, a pesquisa tratou especificamente dos empregos formais (carteira assinada). Saliente-se que os dados referentes à renda só estão disponíveis até 2019 na plataforma CAGED/RAIS MICRODADOS, pois a mesma foi abandonada a partir de janeiro de 2020.

O estudo traz como embasamento teórico a abertura comercial na década de 1990 que implicou no fim das políticas regionais de desenvolvimento e estimulou a competição entre os estados por investimentos externos (nacionais e estrangeiros) pela via dos incentivos fiscais, que ficou conhecido como “guerra fiscal”. Esse fenômeno repercutiu a economia do município de Ilhéus e, por sua vez, sobre o mercado de trabalho a partir da década de 2000, quando um conjunto de atividades foram instaladas no município, em particular, o Polo de Informática, ainda na segunda metade da década de 1990, mas cujos impactos sobre o emprego só ocorreram a partir da década de 2000.

O estudo investigou as seguintes categorias do mercado de trabalho: série histórica anual da evolução do emprego (admissões, desligamentos e saldos); modalidades das contratações: CLT, temporário e intermitente; distribuição do emprego por nível de renda em

relação ao sexo, nível de escolaridade e faixa etária; e por último, a formação da massa salarial por sexo, nível de escolaridade e faixa etária.

A massa salarial<sup>2</sup> e o fluxo de renda são importantes indicadores da dinâmica econômica de uma localidade, visto que, quanto maior, maior a capacidade da demanda agregada e o efeito multiplicador no conjunto da economia. Embora o objetivo deste estudo não seja o tema do desenvolvimento econômico, porém Celso Furtado (1983) em algumas de suas obras clássicas, em especial Teoria e Política do Desenvolvimento Econômico, ressalta o papel importante da massa salarial (fluxo de renda) na dinâmica do desenvolvimento econômico.

O aumento da massa salarial, mesmo com baixos salários – como foi o caso para o município – repercute no aumento do consumo, o que, por sua vez, alimenta a economia, estimulando mais ainda o emprego e a renda, num círculo virtuoso. Ou seja, o maior volume da massa salarial implica em um maior fluxo de renda da economia, movimentando o mercado interno.

Os dados acerca do emprego e da renda foram coletados nas plataformas do CAGED/RAIS (microdados) e do Novo CAGED, com a ressalva de que as duas plataformas (antiga e nova) utilizaram metodologias diferentes. No âmbito destas duas plataformas se extraíram os dados sobre nível de escolaridade, setores, faixa etária e sexo. Com um detalhe de que o Novo CAGED não disponibiliza os dados de renda, antes existentes na base de microdados do CAGED/RAIS.

A apresentação dos períodos 2004/2020/2015/2019 foram utilizados para caracterizar o cenário político e econômico do Brasil em suas diferentes gestões: Lula, Dilma, Temer, Bolsonaro e Lula.

Outro critério foi investigar o comportamento do emprego conforme o período cronológico das gestões dos presidentes: primeiro e segundo Governo Lula (2004-2010), primeiro mandato do Governo Dilma, incluindo o primeiro ano após o mandato (2015) e suas repercussões; o período de transição do Governo Provisório de Temer até final de 2018 e o início do Governo Bolsonaro. Em cada período de governo, analisa-se a relação entre a política econômica e o comportamento do emprego para, assim, poder investigar possíveis conclusões sobre cenários favoráveis ou desfavoráveis. Na cadeia destes eventos não poderia faltar a Reforma Trabalhista de 2017 e o impacto da pandemia em 2020.

### **3 POLÍTICAS NEOLIBERAIS E ABERTURA COMERCIAL: a “guerra fiscal”**

As políticas neoliberais colocadas em prática na década de 1990, mas apropriadamente a partir do Governo Fernando Henrique Cardoso (FHC), repercutiram negativamente sobre o emprego e sobre o padrão de vida da população trabalhadora. O início

---

<sup>2</sup> Entende-se por massa salarial a quantidade de salários-mínimos. Ou seja, é o volume de emprego em dado momento multiplicado pelo salário médio mensal, conforme apresentados na plataforma de pesquisa.

do século XXI herdou uma das maiores mazelas sociais da década neoliberal e globalizante anterior: o aumento da pobreza e da extrema pobreza no país.

Um aspecto importante neste período foi a abertura comercial do país à competitividade, o que repercutiu na política de guerra fiscal entre estados para atrair investimentos privados nacionais e internacionais. O estado da Bahia foi um dos maiores contemplados com essa política, graças também às benesses oferecidas às empresas para aqui se instalarem<sup>3</sup>. Interessante ressaltar que as empresas de tecnologia de informática que se instalaram em Ilhéus ao instaurar modernos sistemas de produção e organizacionais – sob a influência do modelo toyotista –, foram, em sua maioria, poupadoras de mão-de-obra.

Portanto, antes de iniciar a apresentação dos dados, é conveniente situar o contexto da herança no qual se iniciou o século XXI. O primeiro governo Lula enfrentou de início uma perversa herança de desemprego, miséria e baixo crescimento econômico. Só a partir de meados de seu 1º governo é que o cenário econômico começou a mudar a partir de uma série de políticas internas (PAC, política de valorização do salário mínimo, programa bolsa família, para citar alguns) e no mercado externo, o forte crescimento da economia da China que, graças aos fortes laços com o governo brasileiro, estimularam as exportações e incrementaram o PIB.

Afora estes aspectos favoráveis da economia nacional no 1º e 2º governo Lula, cabe considerar qual foi o cenário econômico existente neste momento no município que possa ter impactado a economia e o emprego. O programa de incentivos à interiorização de instalação de empresas nos estados do Brasil, à época da abertura comercial, veio como uma proposta de crescimento da produção, emprego e renda. Várias regiões e municípios da Bahia foram contemplados, particularmente Ilhéus, com o Polo de Informática, programa cujo contrato iniciou-se em 1995 com validade das isenções tributárias até 2010. Estudo de Lima (2021) mostra o número de empregos gerados no polo que ficou bem abaixo do prometido, principalmente com a diminuição abrupta depois de 2010, quando venceu o prazo dos incentivos às empresas.

### 3.1 A competição entre os estados

A corrida competitiva de política de estímulos fiscais entre os estados visando atração de investimentos estrangeiros que ficou conhecida como “guerra fiscal” foi um produto do neoliberalismo, cujo desdobramento prático resultou no processo de globalização e, por conseguinte, na abertura dos mercados e desregulamentação financeira desde final da década de 1970.

---

<sup>3</sup> A nova política de abertura dos mercados substituiu as políticas de desenvolvimento regional, particularmente no Nordeste, desde a década de 1960, através da SUDENE, tendo economista Celso Furtado como mentor.

O desenrolar das crises econômicas durante a década de 1970 – em particular a crise do dólar<sup>4</sup> – em alguns países levou a um “novo arranjo político-econômico mundial” na década de 1980 que foi resultado da crise do Estado de Bem-Estar Social que vigorou a partir de 1945 até o início dos anos 1970. Esse arranjo ficou conhecido como o “Consenso de Washington”<sup>5</sup>.

A abertura dos mercados repercutiu, no Brasil, num processo de forte competição entre os estados para atrair capitais de investimento nacionais e internacionais. Nesse contexto é que foi instaurada no Brasil, na década de 1990, a “guerra fiscal”, particularmente na 2ª metade desta década.

Em termos genéricos, conforme Alves (2001), os instrumentos da política de “guerra fiscal” foram os seguintes:

- a) isenção do ICMS (estadual) e do ISS (municipal) parcial ou total;
- b) concessões gerais para instalação das empresas (terrenos, infraestrutura, etc.);
- c) benefícios creditícios públicos (capital fixo ou de giro) paralelos aos investimentos privados para início da produção.

Os estados da Bahia e Rio de Janeiro foram os mais aguerridos na atração de empresas para seus respectivos territórios. No caso particular da Bahia, houve um forte processo de interiorização da industrialização via estímulos governamentais, visando atrair investimentos. Entre os principais, destacam-se: doação de terrenos, isenções fiscais, estímulos financeiros; créditos complementares, entre os principais. Acrescenta-se que a maioria das empresas se instalaram em galpões que até então eram utilizados para armazenagem e industrialização parcial das amêndoas de cacau (pasta e manteiga), de maneira que, essas empresas tiveram uma considerável economia de custos com instalações.

O decreto-lei foi aprovado com esta perspectiva: retomar o crescimento econômico regional com uma outra matriz produtiva. Ilhéus, em particular, foi contemplado com o Polo de Informática (computadores, eletroeletrônicos, componentes eletrônicos e periféricos).

O fim das políticas regionais de desenvolvimento econômico no Brasil pela via da industrialização que vigorou do início da década de 1960 até a década de 1980 foi possível graças a um conjunto de políticas públicas de estímulo e incentivo ao processo de industrialização em regiões econômica e socialmente atrasadas em comparação com outras regiões, como foi o caso da Região Nordeste.

Na década de 1990, o Estado sai de cena como indutor direto dos programas de desenvolvimento e entra em cena o capital nacional e internacional atraídos por políticas de outra natureza para atrair estas empresas para regiões economicamente atrasadas.

---

<sup>4</sup> A crise do dólar diz respeito especificamente à forte desvalorização desta moeda no início da década de 1970. Essa desvalorização implicou na quebra do câmbio fixo que até então vinha sendo adotado, desde o Acordo de Bretton Woods. Esse fato implicou numa forte desestabilização monetária de todas as economias, resultando em fortes crises econômicas e endividamento das nações subdesenvolvidas.

<sup>5</sup> O Consenso de Washington foi um conjunto de medidas de política econômica criado em 1989, formulada por economistas de instituições financeiras. Inspiradas nas ideias do economista John Williamson, passou a ser aplicada pelo FMI na década de 1990 visando o ajustamento macroeconômico das economias desenvolvidas que estavam em crise.

### 3.2 Panorama do mercado de trabalho na Bahia

Dados do Observatório do Mercado de Trabalho do Estado da Bahia (SEI, 2002-2024) apontaram que entre 2002 e 2011 houve taxa de crescimento do emprego formal de 87,3%. Mais importante foi que, em todos os anos do intervalo acima, a taxa de crescimento do estado esteve acima da taxa de crescimento do Brasil.

O estoque de empregos formais no estado, em 2011, foi da ordem de 2,2 milhões de trabalhadores, com maior destaque para os setores de serviços e administração pública, concentrando mais da metade dos empregos formais. A Região Metropolitana de Salvador concentrou no período metade dos empregos formais do estado.

A População em Idade Ativa (PIA) no estado foi de 12.782.997 pessoas. Desta, 58,9% compunham a População Economicamente Ativa (PEA), ou seja, a população apta a trabalhar, entre formalmente empregados e desempregados; por sua vez, a População Econômica Não-Ativa (PNEA) correspondeu a 41,1% do total.

O predomínio do emprego foi de homens, porém, quando se observa por nível de escolaridade para o nível superior completo, 61,4% dos empregos foram de mulheres. O predomínio por faixa de idade no emprego foi de 30 a 49 anos.

Em 2013, o estoque de empregos no estado subiu para 2.314.907 trabalhadores. O rendimento médio mensal no estado foi de R\$ 1.249, considerando todas as fontes de renda, com crescimento de 9,4% em relação ao ano anterior; o aumento do rendimento foi maior para os homens (10,5%) em relação ao das mulheres (7,9%).

A convulsão política do país a partir do final de 2014 até 2019 repercutiu na queda do emprego no estado, com alguns anos apresentando saldo negativo, como aconteceu em 2016 e 2017. O surgimento da pandemia em 2020 aprofundou ainda mais o quadro desolador do emprego no Estado, com o maior montante médio de pessoas desocupadas desde 2012 e o alto índice de pessoas desalentadas, sem perspectiva de emprego, sendo o maior em todo o país.

O número de trabalhadores fora da força de trabalho superou, pela primeira vez, o número de trabalhadores ocupados. Ainda na esteira deste quadro desolador, a massa dos rendimentos também foi a menor das séries médias anuais.

Em 2021 o mercado de trabalho do estado teve um alívio, com aumento do saldo do emprego 133.779 empregos, ficando em primeiro lugar no Nordeste. O estoque de emprego teve crescimento de 8%, com 1.674.698 vínculos com carteira assinada, porém, bem abaixo do saldo de 2012 e 2013. Já para 2022, o resultado não foi favorável para a Bahia, assim como para o Brasil, com o pior resultado absoluto entre os estados do Nordeste. Mesmo assim, o estoque de empregos teve um leve aumento, subindo para 1.797.652 vínculos ativos. Em 2023, a Bahia teve saldo acumulado do emprego de 71.922 postos de trabalho, aumentando o estoque de emprego em 3,78% (1.973.471). Foram gerados 145.729 postos de trabalho com carteira assinada, número acima do obtido em 2022. A Bahia obteve neste ano o melhor resultado no Nordeste e o 7º lugar entre todos os estados do território nacional. Para 2024, o saldo do emprego foi positivo em 84.726 novos postos de trabalho, alcançando o estoque de

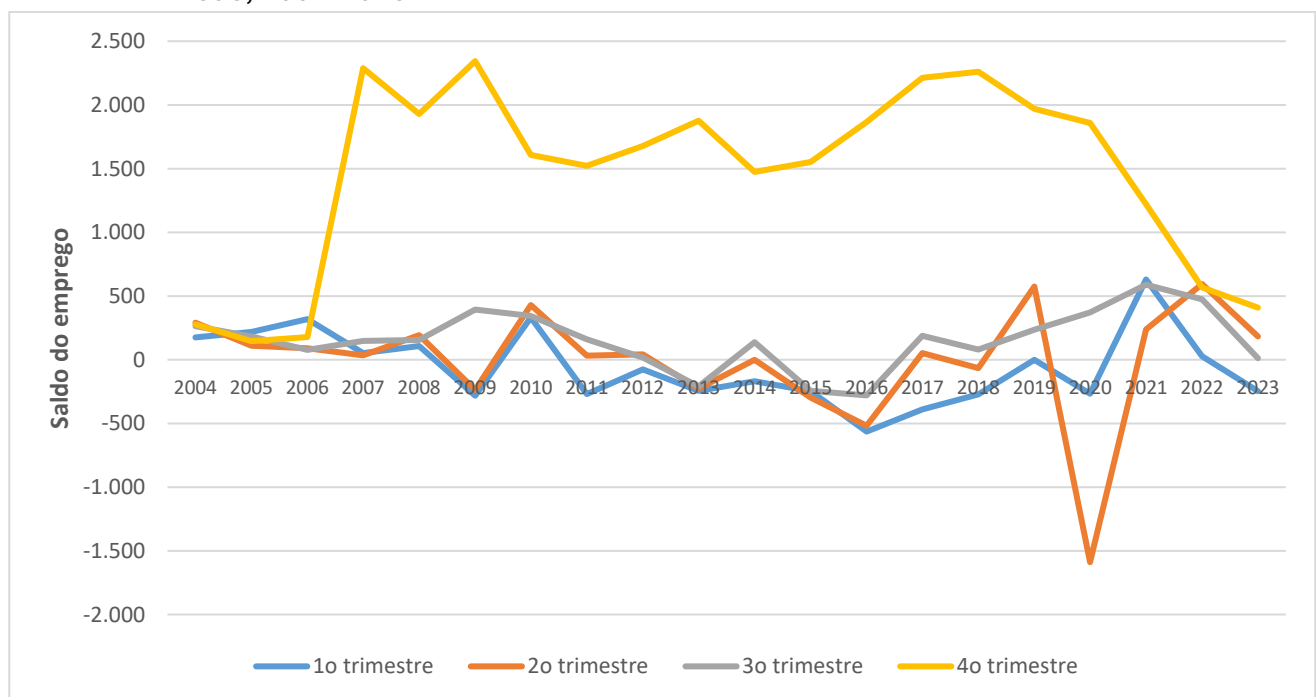
2.137.021 empregos formais, superior ao ano anterior em 4,13%. No final de 2024, a Bahia concentrava 26,89% do total do emprego formal no Nordeste e 4,53% do total de empregos no país.

#### 4 O MERCADO DE TRABALHO FORMAL: emprego

Nesta seção apresenta-se, através do Gráfico 1, o comportamento do emprego trimestral em Ilhéus entre 2004 e 2023. A intenção é demonstrar o comportamento do emprego em cada trimestre em função das peculiaridades que apresentam cada trimestre sobre o emprego para o município, no sentido de ser ou não possível detectar alguma regularidade.

O 1º trimestre é, particularmente, um período no qual se espera bons resultados para o saldo do emprego, devido a importantes eventos: veraneio, férias e carnaval. Em anos específicos houve forte retração do emprego: 2009, 2011 e 2020, em 2009 com o impacto da crise mundial, 2011, o início do Governo Dilma e 2020 a infestação da pandemia. De 2014 até 2016 há uma curva descendente, possivelmente devido ao impacto da conturbação política no país com o afastamento da Presidenta Dilma Rousseff; em seguida, uma lenta recuperação entre 2017 e 2019, forte queda em 2020 devido à pandemia, com forte recuperação em 2021, com retração novamente em 2022 e 2023, final do Governo Bolsonaro e início do 3º mandato do Governo Lula. Considerando o período 2004/2023, na Tabela 1, obteve-se saldo positivo de 4002 empregos, com saldos negativos em 2015, 2020 e 2023.

Gráfico 1 - Saldo (admissões menos desligamentos) trimestral do emprego no município de Ilhéus, 2004/2023



Fonte: Elaborado com base em RAIS/CAGED/MTE, 2024.

O 2º trimestre, em comparação ao 1º, tem apenas um evento importante que é a Semana Santa. Também apresentou oscilações parecidas ao 1º trimestre nos anos iniciais (Gráfico 1); em 2011 e 2014 apresentou melhor comportamento que o 1º trimestre; de 2016 a 2019 os resultados também foram melhores que no 1º trimestre, porém, em 2020, teve a maior retração do emprego em relação a todos os trimestres, pois o auge da pandemia. Em seguida, a recuperação trouxe resultados para 2022 e 2023 acima do 1º trimestre. O saldo do trimestre para o período 2004-2023 (Tabela 1) foi negativo em -151 vínculos formais.

Tabela 1 - Saldo (admissões menos desligamentos) trimestral e total do emprego, no município de Ilhéus, 2004/2023

Ano	1º Trim.	2º trim.	3º Trim.	4º trim	Total
2004	176	290	264	278	<b>1.008</b>
2010	330	429	344	1.607	<b>2.710</b>
2015	-248	-297	-244	1.553	<b>764</b>
2020	-266	-1.589	370	1.859	<b>374</b>
2021	630	239	589	1.221	<b>2.679</b>
2022	26	594	473	568	<b>1.661</b>
2023	-246	183	13	410	<b>360</b>
<b>Total</b>	<b>402</b>	<b>-151</b>	<b>1.809</b>	<b>7.496</b>	<b>9.556</b>

Fonte: Elaborado com base em MTE/PDET, 2024.

O 3º trimestre apresenta, como possível evento favorável ao emprego, as férias escolares do mês de julho, quando aumenta o número de turistas em passagem pelo município, dentro do estado e de outros estados. O comportamento da curva foi mais suave, sem fortes oscilações. Apresentou leve queda de 2009 a 2013, recuperação em 2014 e queda novamente em 2015/2016 e elevação da curva de 2017 a 2021, com retração em 2022/2023. O que chama a atenção neste trimestre é a recuperação do impacto da pandemia, quando em 2020 a curva manteve-se levemente ascendente, pois foi o período pós-auge da pandemia, quando muitas atividades econômicas foram autorizadas a abrir as portas. A Tabela 1 apresentou saldo de 1.809 novos vínculos de emprego, com importante recuperação em relação ao trimestre anterior.

O 4º trimestre também é um período que se espera o aquecimento do conjunto das atividades econômicas, puxadas pelo comércio, devido ao Natal e Ano Novo. A curva apresentou retrações em 2007, 2009 e 2013. Porém, há um fenômeno peculiar que foi a longa descendência da curva a partir de 2018. Provavelmente, alguns aspectos podem ajudar a explicar, como a pandemia, a convulsão política no país durante o governo Bolsonaro e o início do 3º mandato do Governo Lula, com a reorganização administrativa política e econômica. Mesmo assim, o saldo do emprego foi extraordinário, com 7.496 vínculos formais no período 2004 a 2023 (Tabela 1).

Com a flexibilização das relações de trabalho, principalmente a partir da década de 1990, ocorreram alterações significativas nos contratos de trabalho regidos pela CLT. Novas

modalidades de contratação passaram a vigorar, como o trabalho parcial e temporário. Em 2017, a nova Reforma Trabalhista traz uma nova modalidade que é o trabalho intermitente<sup>6</sup>.

A modalidade celetista do emprego é a forma predominante que rege os contratos de trabalho desde sua criação, no Governo de Getúlio Vargas, em 1943. Porém, a partir da década de 1990, com a reestruturação produtiva e novas formas organizacionais do trabalho, aparece o fenômeno da flexibilidade das relações de trabalho, com a utilização de novas modalidades de emprego parcial e temporário, entre outras<sup>7</sup>. Portanto, apesar de ainda o regime de trabalho ser regido predominantemente via CLT, outras modalidades vão avançando nestas duas primeiras décadas do Século XXI.

Observa-se na Tabela 2 que o maior volume de emprego ainda é regido pela CLT, porém, as modalidades intermitente e temporária vão evoluindo desde 2018, quando passou a vigorar efetivamente. Visto que o município de Ilhéus não tem uma economia diversificada e é, portanto, bem limitada, os dados do emprego intermitente e temporário também não são tão significativos.

Tabela 2 - Admissões, desligamentos e saldo do emprego por modalidade de emprego, no município de Ilhéus, 2017-2023

Modalidade	CLT			Intermitente*			Parcial/Temporário**		
	Ano	Admitidos	Desligados	Saldo	Admitidos	Desligados	Saldo	Admitidos	Desligados
2023	13.579	13.190	389	306	152	154	2.715	2.785	-70
2022	12.509	10.846	1.663	312	110	202	1.299	1.366	67
2021	10.382	8.231	2.151	559	243	316	169	190	-21
2020	7.216	7.815	-599	138	71	67	189	408	-219
2019	7.440	6.586	854	204	51	153	57	19	38
2018	6.063	5.833	230	282	41	241	22	13	9
2017***	6.126	6.279	-153	28	0	28	1	1	0
<b>Total</b>	<b>63.315</b>	<b>58.780</b>	<b>4.535</b>	<b>1.829</b>	<b>484</b>	<b>1.161</b>	<b>4.452</b>	<b>4.716</b>	<b>-196</b>

Fonte: Elaborado com base em MTE/PDET/RAIS/CAGED, 2004 a 2015; Novo CAGED, 2024.

Notas: \* É aquele prestado por pessoa física contratada por uma empresa de trabalho temporário que a coloca à disposição de uma empresa tomadora de serviços, para atender à necessidade de substituição transitória de pessoal permanente ou à demanda complementar de serviços (Lei nº 6.019/1974) (DIEESE, 2023).

\*\* Contrato de trabalho no qual a prestação de serviços, com subordinação, não é contínua, ocorrendo com alternância de períodos de prestação de serviços e de inatividade, determinados em horas, dias ou meses, independentemente do tipo de atividade do empregado e do empregador, inclusive as disciplinadas por legislação específica (DIEESE, 2017).

\*\*\* Os dados de emprego intermitente/temporário/parcial constam a partir de dezembro de 2017, quando da aprovação da Reforma Trabalhista em novembro de 2017 que sancionou a modalidade de emprego intermitente.

<sup>6</sup> O trabalho intermitente, previsto no art. 443 §3º e no art. 452 da CLT, caracteriza-se como “contrato de trabalho no qual a prestação de serviços, com subordinação, não é contínua, ocorrendo com alternância de períodos de prestação de serviços e de inatividade, determinados em horas, dias ou meses, independentemente do tipo de atividade do empregado e do empregador, inclusive as disciplinadas por legislação específica” (DIEESE, 2017, p. 2).

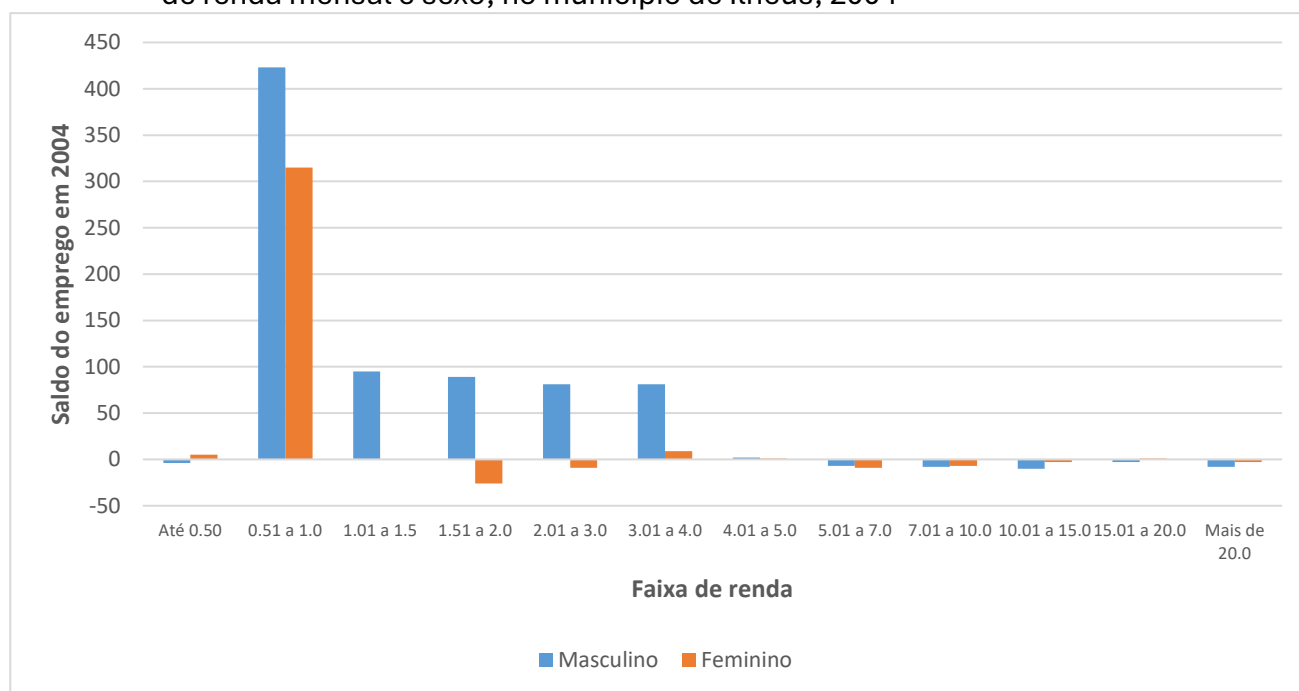
<sup>7</sup> A escala 6x1 é uma das formas aceitáveis pela Consolidação das Leis do Trabalho (CLT) de dividir as 44 horas da jornada semanal. No caso, esse tipo de escala prevê seis dias consecutivos de trabalho e, na sequência, um dia inteiro de descanso (Escala, s.d.).

Porém, quando se observa a comparação entre os dados do emprego intermitente e temporário<sup>8</sup>, este último apresenta uma série com saldos negativos, enquanto o emprego intermitente apresenta volumes bem maiores com saldos positivos. Quando se observa o saldo total do período entre CLT e intermitente, observa-se que, guardada as devidas proporções, há um saldo significativo do emprego intermitente em se tratando de um município do porte econômico de Ilhéus.

#### 4.1 Distribuição do emprego na relação entre: nível de renda/sexo, nível de renda/nível de escolaridade e nível de renda/faixa etária

Nesta seção expõe-se os dados do saldo do emprego (admissões menos desligamentos) por sexo para dois períodos: 2004 (Gráfico 2) e 2019 (Gráfico 3)<sup>9</sup>. Esta informação é importante pois apresenta o cenário do emprego na distribuição da renda por homens e mulheres, quais níveis de escolaridade estão ocorrendo mais/menos empregos e melhor/pior remuneração, assim como ocorreu a divisão do emprego e da renda salarial por faixa etária.

Gráfico 2 - Saldo de movimentação do emprego (admissões menos desligamentos) por faixa de renda mensal e sexo, no município de Ilhéus, 2004



Fonte: Elaborado com base em MTE/PDET/RAIS/CAGED, 2004 a 2015; Novo CAGED, 2024.

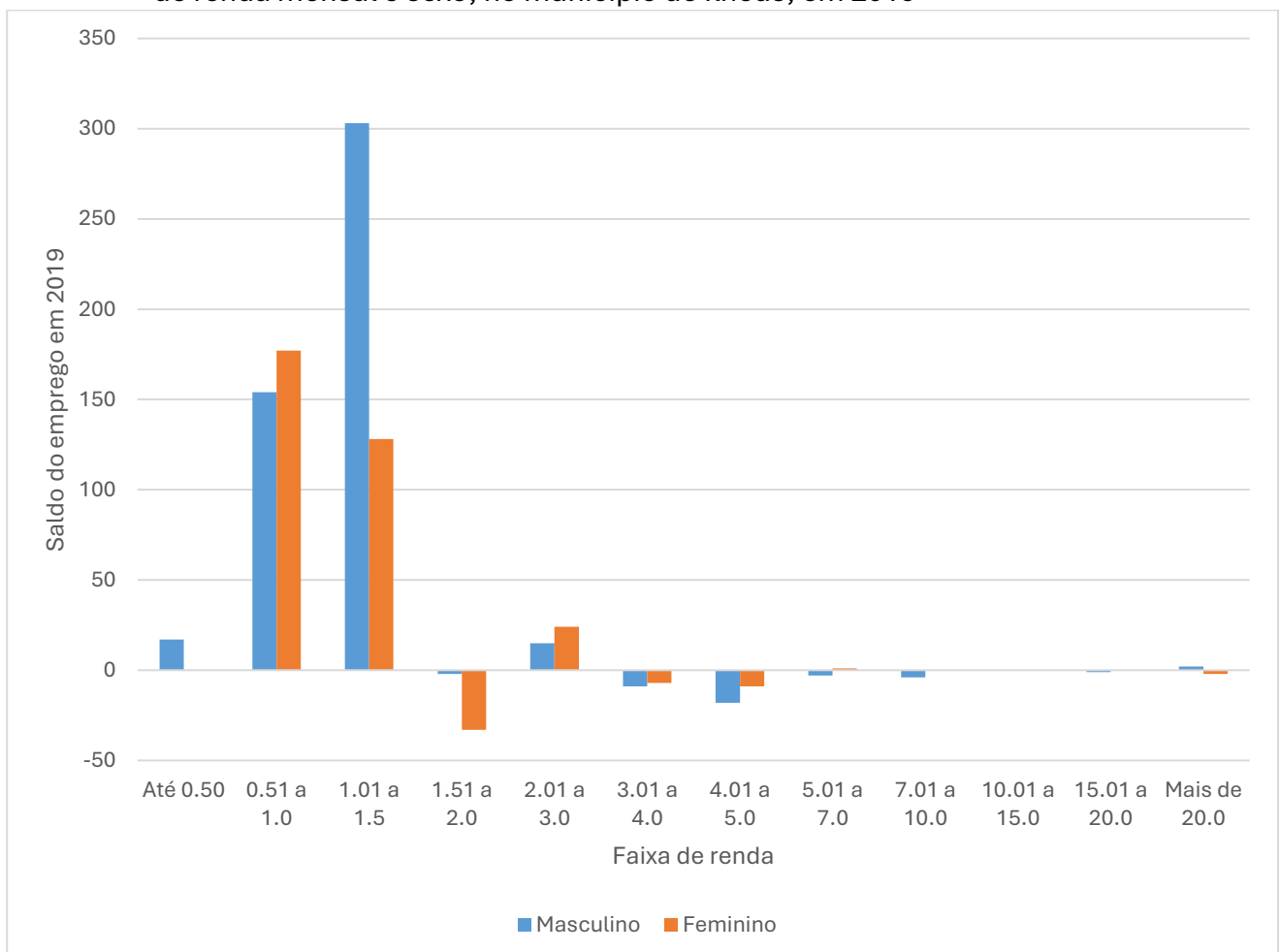
<sup>8</sup> Essa modalidade de contrato – também conhecida como “jornada zero hora” – é uma forma de legitimar o “bico” como uma das opções de trabalho formal, porém, com menores custos para o empregador. Estabelece um vínculo de trabalho que permite à empresa pagar somente as horas de efetivo serviço, deixando o trabalhador sempre à disposição, “resolvendo” um problema de fluxo de trabalho dos empregadores e impondo aos trabalhadores condições precarizadas de trabalho e vida.

<sup>9</sup> A exposição considerará os dois períodos e não a cadeia completa dos períodos devido ao grande número de tabelas e gráficos; então, faremos uma análise comparativa entre 2004 e 2019 para cada categoria em relação à faixa de renda: sexo, nível de escolaridade e faixa etária. Os dados vão até 2019 devido ao fato de que a gestão Bolsonaro ao assumir, abandonou a plataforma de pesquisas RAIS/CAGED que expunha os dados de renda e o Ministério do Trabalho ainda não atualizou a plataforma, mantendo-a sem os dados de renda posteriores a 2019.

Iniciando a análise, o Gráfico 2, referente à 2004, mostra a maior concentração do emprego na faixa de renda entre 0,5 e 1 Salário Mínimo (SM) para os dois sexos, com predominância do masculino. As demais faixas de renda têm o predomínio do emprego masculino. Apenas na faixa de 3 a 4 SM, o emprego feminino volta a aparecer com saldo positivo, porém irrisório frente ao emprego masculino. Assim, em 2004, resquício ainda da crise do cacau e fraco dinamismo das demais atividades, a concentração do emprego estava em baixíssimo nível de remuneração.

O Gráfico 3, por sua vez, referente a 2019, apresenta predominância do emprego masculino na faixa entre 1 e 1,5 SM, enquanto o emprego feminino concentra maior emprego na faixa de 0,5 a 1 SM, portanto, com rendimento menor. Nas demais faixas os rendimentos foram negativos, com exceção da faixa de 2 a 3 SM, com maior participação do emprego feminino, mesmo assim com pouca relevância. Mas já significou uma mudança importante em relação a 2004<sup>10</sup>.

Gráfico 3 - Saldo de movimentação do emprego (admissões menos desligamentos) por faixa de renda mensal e sexo, no município de Ilhéus, em 2019



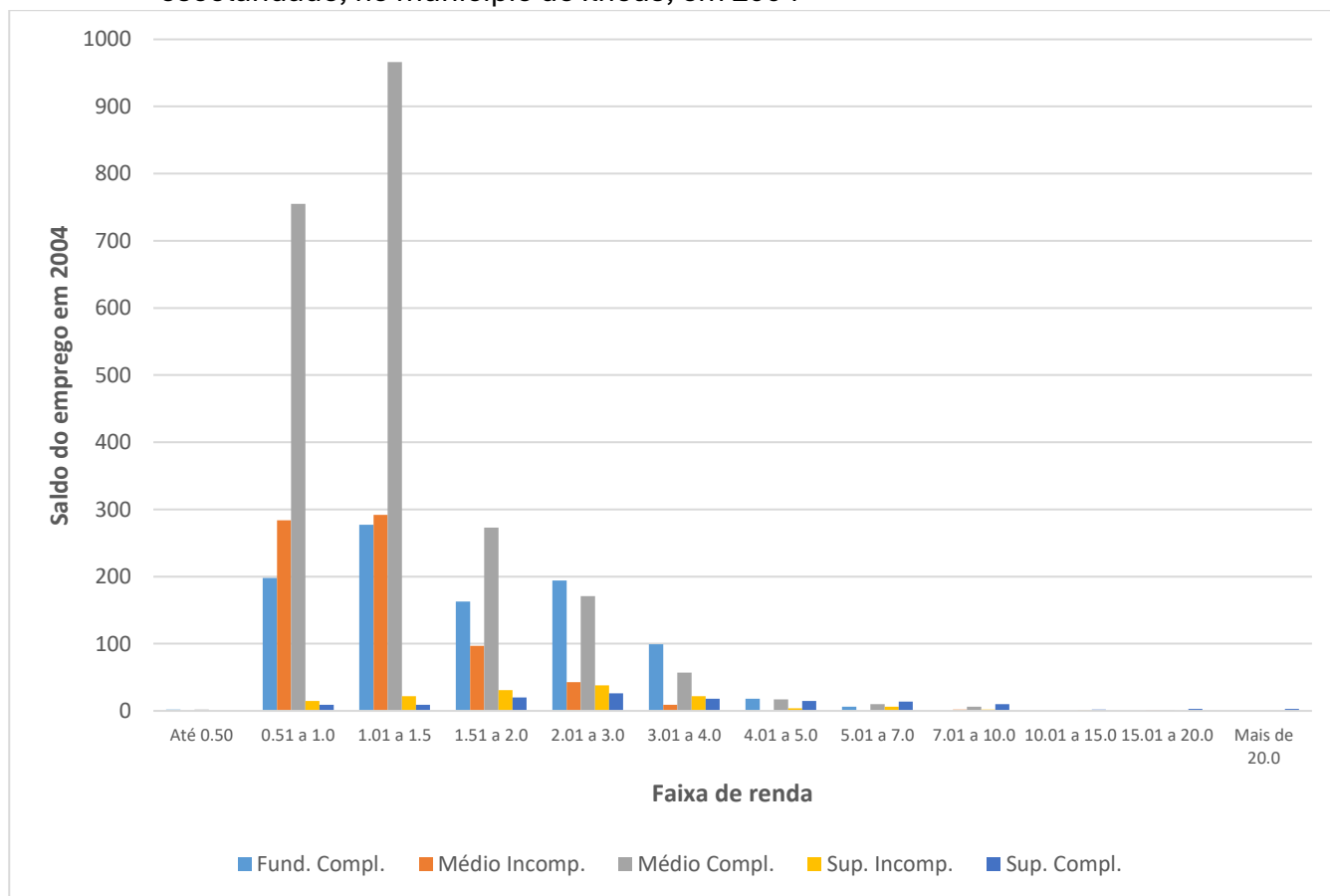
Fonte: Elaborado com base em MTE/PDET/RAIS/CAGED, 2004 a 2015; Novo CAGED, 2024.

<sup>10</sup> Vale registrar que em 2019, início da gestão Bolsonaro, a economia brasileira estava patinando, como reflexo da crise econômica que se iniciou em 2014 e, em paralelo, a crise política que se arrastou depois de 2015 e deixou o país sem rumo até o início do 3º governo Lula, quando a economia volta a respirar.

Em síntese, o nível de renda por sexo demonstrou, para o período analisado, que tanto para o emprego de homens quanto de mulheres, houve maior concentração nas faixas de renda entre 0,5 a 1,5 SM, particularmente com o predomínio do masculino. Ao mesmo tempo, na comparação entre os dois gráficos, para 2019 houve uma retração do emprego para níveis maiores de renda que foram contemplados em 2004, o que significa que após 15 anos, o emprego por nível de renda não melhorou, particularmente para as mulheres.

Quanto ao emprego por nível de escolaridade em 2004 (Gráfico 4), houve maior predominância do nível médio completo nas faixas de renda entre 0,5 a 1 e 1 a 1,5 SM, com aumento da concentração nesta última. Depois seguem as faixas de 1,5 a 2 SM e de 2 a 3 SM, com maior participação do médio e fundamental completo. A participação do nível superior foi irrisória. Os gráficos 4 e 5 apresentam um cenário preocupante: o maior nível de emprego para o nível de escolaridade “médio completo” pode significar que muitas das pessoas (homens e mulheres) vão à procura de emprego ao concluir o ensino médio para complementar a renda a família, deixando assim para o futuro ou até abandonando a ideia de realização de um curso superior<sup>11</sup>.

Gráfico 4 - Saldo do emprego (admissões menos desligamentos) por faixa de renda e nível de escolaridade, no município de Ilhéus, em 2004

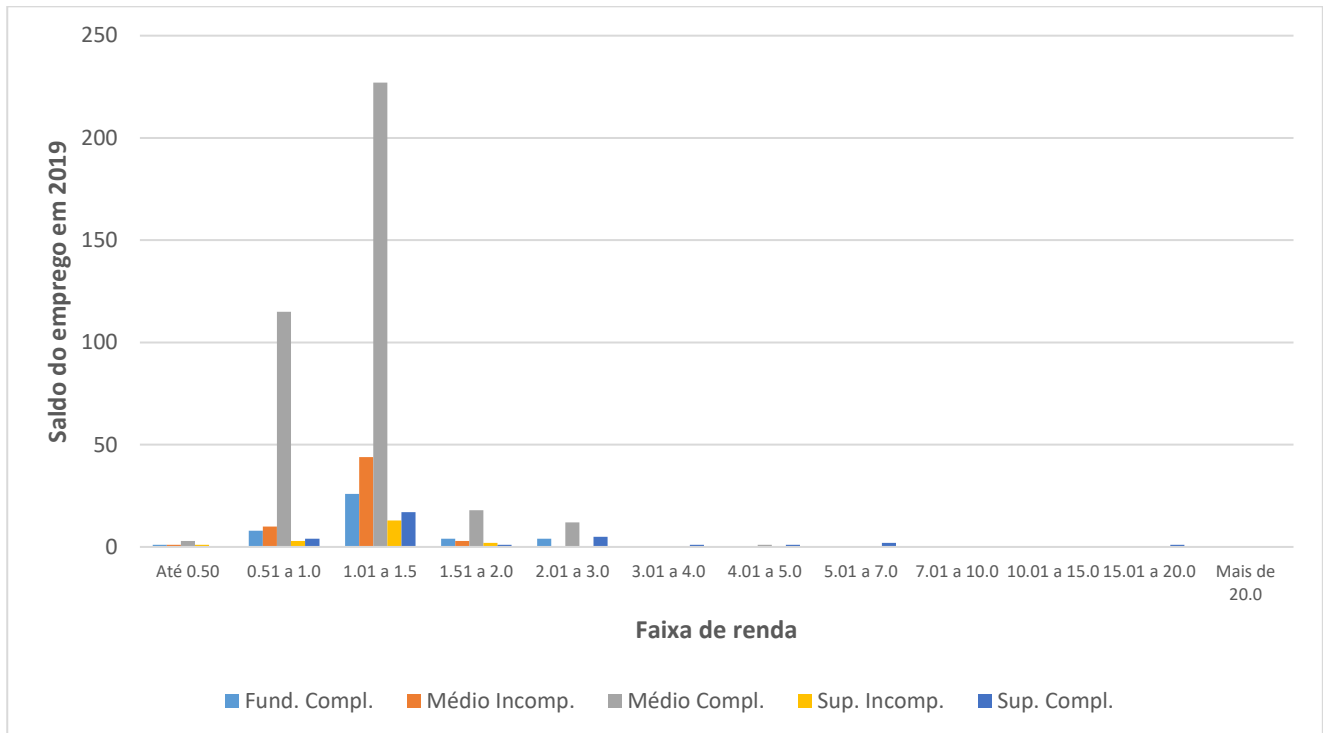


Fonte: Elaborado com base em MTE/PDET/RAIS/CAGED, 2004 a 2015; Novo CAGED, 2024.

<sup>11</sup> Esse comportamento do emprego no nível médio completo tem sido recorrente nos dados levantados pelo Boletim de Conjuntura Econômica e Social do Projeto de Extensão Centro de Análise de Conjuntura Econômica e Social (CACES) do Curso de Economia da UESC. Para mais informações, consultar CACES (2024).

Quanto ao emprego em 2019 (Gráfico 5), manteve-se ainda a maior concentração no nível médio completo e incompleto e fundamental completo. Quanto aos demais níveis, acima de 1,5 SM e até 3 SM, continuou prevalecendo o emprego para os níveis médio e fundamental completo. As linhas dos gráficos 5 e 6 mostram que os jovens estão privilegiando a procura do emprego. Se houve uma combinação de trabalho com estudo, é uma situação a investigar, porém, a tendência é a prioridade do trabalho em detrimento do estudo.

Gráfico 5 - Saldo do emprego por faixa de renda mensal e nível de escolaridade, no município de Ilhéus, em 2019



Fonte: Elaborado com base em MTE/PDET/RAIS/CAGED, 2004 a 2015; Novo CAGED, 2024.

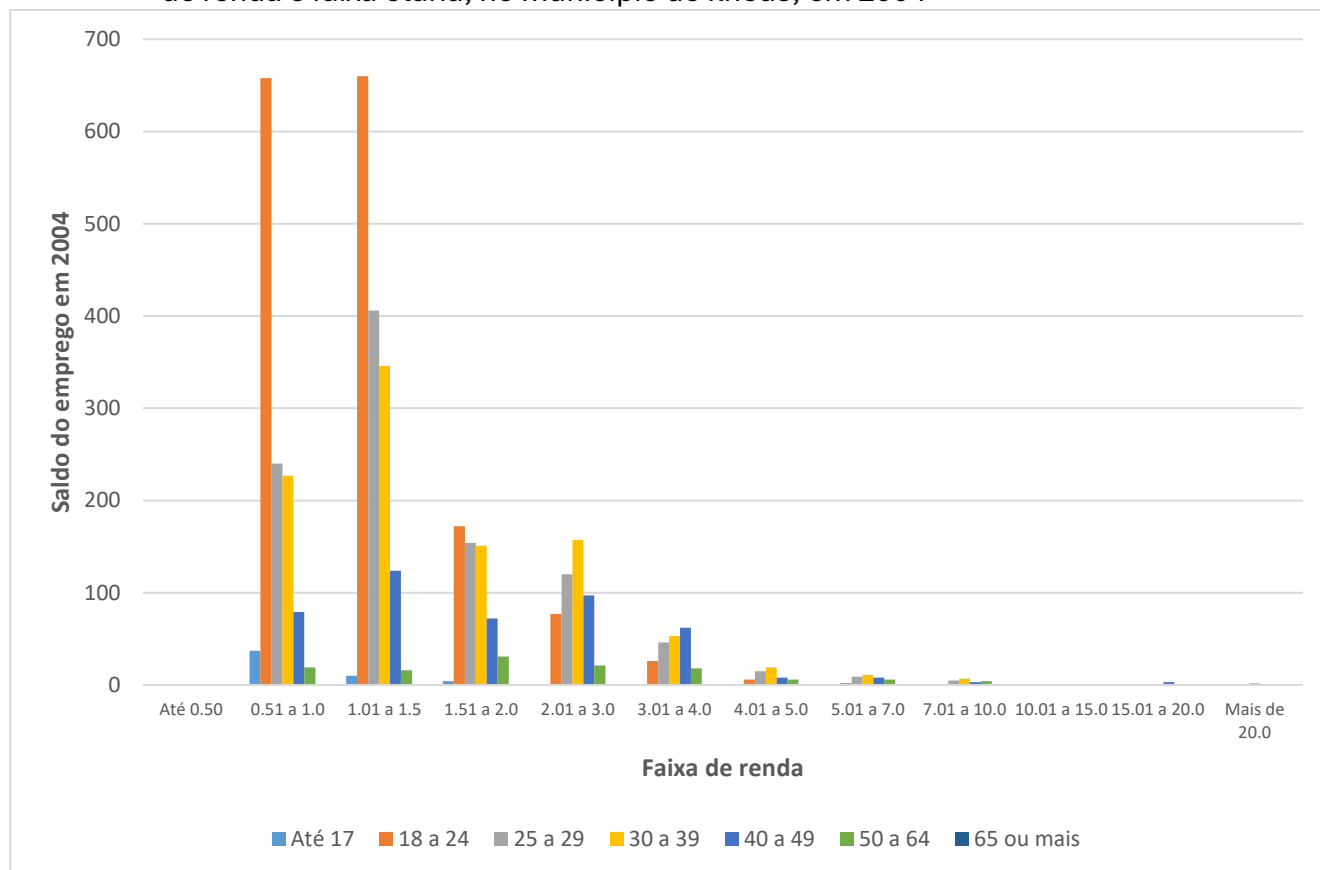
Os gráficos acima demonstraram novamente a concentração em níveis baixos de renda (0,5 a 1,5 SM). Mais ainda, o predomínio do emprego de pessoas com nível médio completo e incompleto e o fundamental completo. Ou seja, na sua grande maioria, os empregos gerados no município exigem baixa qualificação com baixos salários, o que não impacta no aumento do nível geral da renda<sup>12</sup>. Embora os números do emprego em nível superior apresentem um avanço, mas é insignificante quando comparado aos dois níveis predominantes de escolaridade: médio e fundamental completo. Houve um relativo avanço do nível superior completo, mas nada que faça alterar o pêndulo para o aumento do nível geral de renda.

Analisando agora a relação entre faixa de renda e faixa etária, observa-se, para 2004 (Gráfico 6), denota-se que houve maior concentração do emprego nas faixas de renda entre

<sup>12</sup> Importante salientar que embora o emprego de jovens com ensino médio completo e incompleto seja o de maior contingente, os dados do mercado de trabalho dos boletins de conjuntura do CACES (2024) têm demonstrado que esse há uma grande rotatividade neste emprego, devido à maior oscilação entre admitidos e demitidos, com maior permanência durante 6 meses, o que causa uma insegurança e uma incerteza na realização profissional.

0,5 a 1,5 SM<sup>13</sup>, com ampla predominância do emprego na faixa de idade entre 18 e 24 anos. Depois desta faixa de idade, houve maior expressão no emprego nas faixas de 25 a 29 anos, seguida da faixa entre 30 e 39 anos. As faixas de renda entre 1,5 e 3 SM tiveram uma discreta participação com predomínio das mesmas faixas de idade.

Gráfico 6 - Saldo de movimentação do emprego (admissões menos desligamentos) por faixa de renda e faixa etária, no município de Ilhéus, em 2004

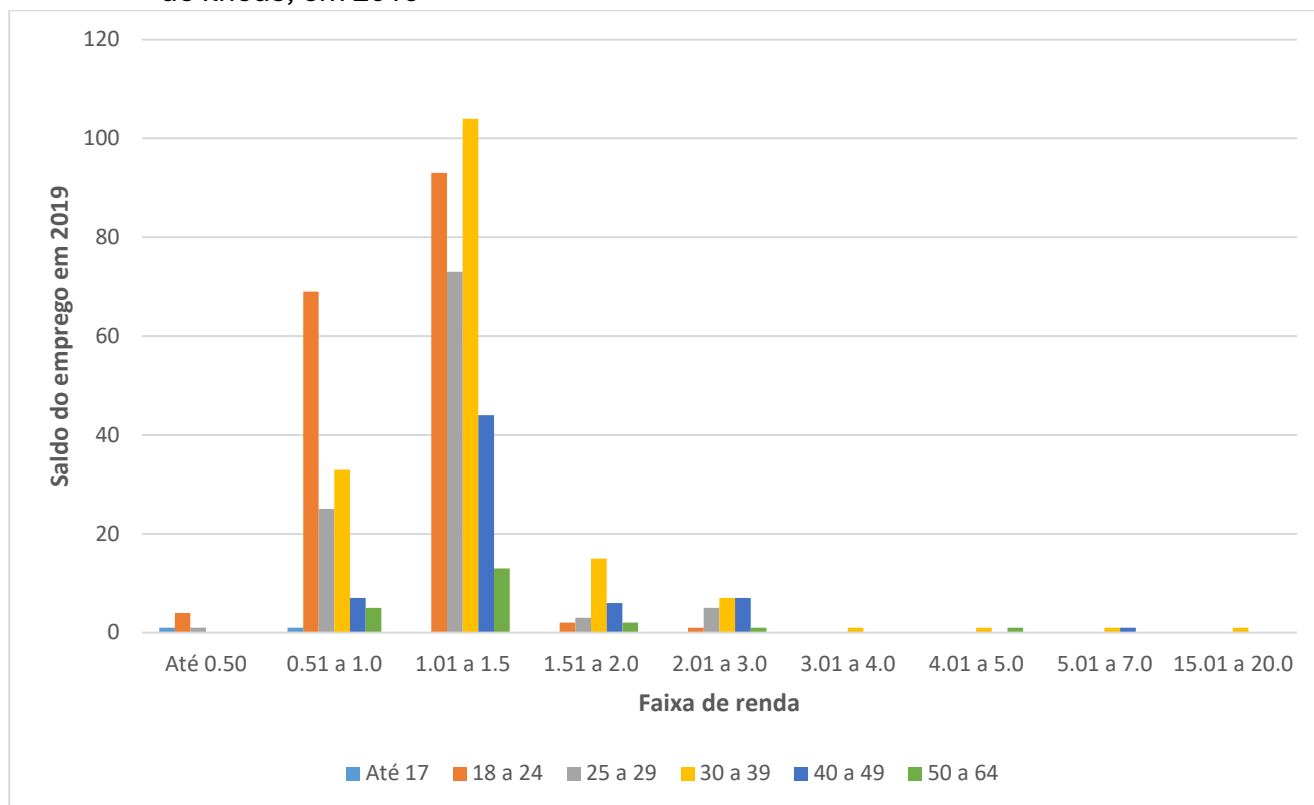


Fonte: Elaborado com base em MTE/PDET/RAIS/CAGED, 2004 a 2015; Novo CAGED, 2024.

Observa-se no Gráfico 7 uma maior concentração da renda na faixa entre 1,01 e 1,5 SM, com maior predomínio da faixa entre 30 e 39 anos, seguida da faixa entre 18 e 24 anos; em 3º lugar, ficou a faixa entre 25 e 29 anos. Portanto, se juntarmos as duas últimas faixas (de 18 a 29 anos), elas concentram o maior número dos empregados. Ou seja, o fim do nível médio completo, normalmente por volta dos 18 anos, o aluno ingressaria na universidade; porém, os dados demonstram que estes jovens estão em busca de emprego para ajudar no orçamento da família e, possivelmente, não almejam a universidade, pelo menos por enquanto; ou então, estão trabalhando de dia e estudando à noite, de preferência em uma universidade pública, para não comprometer o salário.

<sup>13</sup> O critério de divisão das faixas de renda segue o padrão da plataforma do MTE, de maneira que quando se trata da faixa de renda entre 0,5 e 1 SM e 1,01 e 1,5 SM, em se tratando de empregos formais, entende-se que o predomínio é do salário-mínimo, visto que a lei trabalhista não permite o pagamento de salário abaixo do salário-mínimo oficialmente determinado por lei; entende-se que mesmo considerando a faixa entre 1 e 1,5 SM, também se entende aí o predomínio do pagamento de 1 salário-mínimo, podendo haver casos excepcionais.

Gráfico 7 - Saldo de movimentação do emprego por faixa de renda e faixa etária, no município de Ilhéus, em 2019



Fonte: Elaborado com base em MTE/PDET/RAIS/CAGED, 2004 a 2015; Novo CAGED, 2024.

Em síntese, analisando os dados do emprego para a relação entre nível de renda e faixa etária em 2004 (Gráfico 6), observa-se maior concentração do emprego nas faixas entre 0,5 e 1,5 SM para a faixa etária entre 18 e 24 anos, muito à frente das demais faixas, acompanhada pelas faixas de 25 a 29 anos e 30 a 39 anos nas mesmas faixas de renda. Um destaque deste ano no gráfico é que as faixas acima de 1,5 até 4 SM perderam a participação no emprego que tiveram em 2004, o que significa que 15 anos depois, as rendas ao invés de se expandirem para faixas mais altas, recolheram. Possivelmente pelo efeito da crise política e econômica a partir de 2014.

## 5 O PANORAMA DO MERCADO DE TRABALHO FORMAL: renda

### 5.1 Evolução da massa salarial<sup>14</sup> por nível de renda

As subseções que seguem analisam os dados da massa salarial na correlação entre: nível de renda em geral, nível de renda/sexo, nível de renda/nível de escolaridade e nível de renda/faixa etária.

<sup>14</sup> A pesquisa sobre a massa salarial foi realizada na plataforma do MTE, no banco de dados CAGED/RAIS. Utilizou-se o termo “massa salarial” em substituição ao termo utilizado na plataforma: quantidade de salários-mínimos. A massa salarial não expressa o montante de salários em termos de valor, mas de sua quantidade, conforme está oficialmente na plataforma.

Uma classificação das classes sociais é um tema que foge ao objetivo deste estudo, porém cabe algumas considerações quando se trata de níveis de renda. Estipular critérios de classificação de classe social em um país requer considerar vários aspectos como: região, nível de escolaridade, acesso a bens e serviços, participação política, entre outros.

Seguindo um critério básico e objetivo com base na renda mensal para efeito deste estudo, o IBGE considera a classe média como aquela cujo rendimento *per capita* situa-se entre R\$ 1.926 e R\$ 8.303 mensal.

A primeira observação que se tem é um aumento da massa salarial por pessoas admitidas (empregadas) de 2004 a 2010 e, em seguida, uma retração (passagem de um saldo positivo para negativo) entre os períodos 2010/2015 e uma melhora para o período 2015/2019 (passagem de saldo negativo para positivo) (Tabela 3). Quanto à movimentação salarial (admissões + desligamentos), houve crescimento de 2004 a 2015, com retração em 2019. Porém, a maior movimentação em 2015 (22.660,04) da massa salarial foi acompanhada por forte saldo negativo.

Quando se analisa as faixas de renda, a maior concentração da movimentação (admissões + desligamentos) ocorreu na faixa entre 1 e 1.5 salários-mínimos para todos os períodos, seguido da faixa entre 0.5 e 1 salário-mínimo. A faixa entre 2 e 3 SM apresenta uma melhor participação em 2004, com quedas sucessivas nos demais anos. Nas faixas a partir de 4 SM, há uma diminuição nos montantes das admissões e aumento dos montantes nos desligamentos com exceção de 2010, o que denota uma retração da massa salarial de maiores faixas de renda entre 2004 e 2019.

Tabela 3 - Massa salarial por faixa de renda, no município de Ilhéus, 2004-2019\*

Faixa Salarial Mensal	2004			2010			2015			2019		
	Adm.	Desl.	Saldo	Adm.	Desl.	Saldo	Adm.	Desl.	Saldo	Adm.	Desl.	Saldo
Até 0,50	3,80	3,27	0,53	82,88	27,67	55,21	90,65	74,25	16,40	90,99	81,33	9,66
0,51 a 1,0	2.321,91	1.584,72	737,19	2.876,52	2.283,66	592,86	2.211,36	1.987,98	223,38	1.785,79	1.467,23	318,56
1,01 a 1,5	2.486,90	2.377,61	109,29	4.214,91	3.697,66	517,25	4.551,66	5.012,35	-460,69	4.377,54	3.893,82	483,72
1,51 a 2,0	1.155,90	1.042,85	113,05	1.459,50	1.344,84	114,66	1.513,00	2.270,73	-757,73	1.433,40	1.503,98	-70,58
2,01 a 3,0	1.397,68	1.209,63	188,05	642,90	705,08	-62,18	655,44	1.068,06	-412,62	820,64	729,28	91,36
3,01 a 4,0	739,32	436,02	303,30	297,19	315,31	-18,12	227,56	384,42	-156,86	197,23	244,26	-47,03
4,01 a 5,0	255,65	238,93	16,72	211,21	198,81	12,40	189,82	298,41	-108,59	208,53	325,53	-117,00
5,01 a 7,0	228,03	316,38	-88,35	180,35	155,34	25,01	180,84	346,90	-166,06	189,50	210,00	-20,50
7,01 a 10,0	172,66	291,58	-118,92	80,33	133,99	-53,66	146,38	284,02	-137,64	109,08	145,78	-36,70
10,01 a 15,0	36,06	186,49	-150,43	141,00	68,14	72,86	11,16	168,19	-157,03	67,62	72,70	-5,08
15,01 a 20,0	87,12	121,68	-34,56	71,18	158,37	-87,19	34,25	83,81	-49,56	31,06	51,13	-20,07
Mais de 20,0	71,14	568,23	-497,09	0,00	20,69	-20,69	274,18	594,62	-320,44	131,94	113,45	18,49
<b>Total</b>	<b>8.956,17</b>	<b>8.377,39</b>	<b>578,78</b>	<b>10.257,97</b>	<b>9.109,56</b>	<b>1.148,41</b>	<b>10.086,30</b>	<b>12.573,74</b>	<b>-2.487,44</b>	<b>9.443,32</b>	<b>8.838,49</b>	<b>604,83</b>

Fonte: Elaborado com base em MTE/PDET/RAIS/CAGED, 2004 a 2019; Novo CAGED, 2024.

Nota: \* Os intervalos de períodos utilizados nesta tabela envolvem conjunturas políticas do país que foram significativas para a economia e o emprego: o período 2004/2010 (os dados referentes a 2003 não estavam disponíveis) envolveu as duas gestões do Presidente Lula, com forte crescimento do emprego e ganhos salariais; o período 2010/2015, governo Dilma e início da convulsão política, causou impacto na economia após 2014; o período 2015/2019 foi de instabilidade política e crise econômica no governo provisório de Temer e primeiro ano

do governo Bolsonaro. Os dados da plataforma de pesquisa para renda só foram disponibilizados até dezembro de 2019. A partir de janeiro de 2020 criou-se uma outra plataforma que foi o Novo CAGED, que não disponibiliza dados de renda.

## 5.2 A evolução da massa salarial por faixa salarial mensal e sexo

Para o ano de 2004 (Tabela 4), do total da massa salarial disponível (masculino + feminino), 76,8% era masculina e 23,2% feminina; a maior concentração dos salários estava na faixa entre 1,01 e 1,5 SM, seguida das faixas entre 0,5 e 1 SM e seguida pela faixa entre 1,5 e 2 SM; a faixa compreendida entre 0,5 e 2 SM representaram 63,3% do total de todas as faixas de renda; do montante da massa salarial, sendo 72,3% do emprego masculino e 27,7% do emprego feminino. Tem-se uma massa salarial que se concentrou, para o período considerado, em baixo nível salarial por um lado; e, por outro, a irrisória participação feminina na massa salarial, mesmo de baixa renda.

Em 2019 (Tabela 4), a participação do emprego masculino na massa salarial total caiu para 65,8% (o menor entre os 4 períodos) e o feminino aumentou para 34,2%. A massa salarial total caiu fortemente em relação à 2015 e ficou um pouco acima de 2004. Manteve-se a concentração salarial nas faixas entre 0,5 e 2 SM e, dentro desta, sempre mais concentrada na faixa entre 1 e 1,5 SM. Nos 4 períodos há de se considerar uma participação importante da faixa entre 2 e 3 SM; já a partir desta faixa há quedas significativas.

Tabela 4 - Massa salarial mensal por faixa de renda e sexo, no município de Ilhéus, 2004-2019

Faixa Salarial Mensal	2004			2010			2015			2019		
	Masc.	Fem.	Total	Masc.	Fem.	Total	Masc.	Fem.	Total	Masc.	Fem.	Total
Até 0,50	2,7	4,4	<b>7,1</b>	74,7	35,8	<b>110,5</b>	103,7	61,2	<b>164,9</b>	96,8	75,5	<b>172,3</b>
0,51 a 1,0	2.846,3	1.060,3	<b>3.906,6</b>	3.344,9	1.815,3	<b>5.160,2</b>	2.692,6	1.506,8	<b>4.199,3</b>	1.924,8	1.328,2	<b>3.253,0</b>
1,01 a 1,5	3.395,0	1.469,5	<b>4.864,5</b>	5.291,6	2.620,9	<b>7.912,6</b>	6.311,2	3.252,8	<b>9.564,0</b>	5.220,5	3.050,9	<b>8.271,4</b>
1,51 a 2,0	1.690,5	508,3	<b>2.198,8</b>	2.122,4	682,0	<b>2.804,3</b>	3.322,4	461,3	<b>3.783,7</b>	2.523,3	414,1	<b>2.937,4</b>
2,01 a 3,0	2.291,1	316,2	<b>2.607,3</b>	886,4	461,5	<b>1.348,0</b>	1.200,8	522,7	<b>1.723,5</b>	925,5	624,5	<b>1.549,9</b>
3,01 a 4,0	1.001,4	174,0	<b>1.175,3</b>	419,0	193,5	<b>612,5</b>	437,1	174,8	<b>612,0</b>	256,2	185,3	<b>441,5</b>
4,01 a 5,0	395,8	98,8	<b>494,6</b>	289,1	120,9	<b>410,0</b>	259,6	228,6	<b>488,2</b>	256,1	277,9	<b>534,1</b>
5,01 a 7,0	426,4	118,0	<b>544,4</b>	277,0	58,7	<b>335,7</b>	361,6	166,2	<b>527,7</b>	261,8	137,7	<b>399,5</b>
7,01 a 10,0	338,0	126,2	<b>464,2</b>	146,7	67,7	<b>214,3</b>	311,9	118,5	<b>430,4</b>	204,7	50,2	<b>254,9</b>
10,01 a 15,0	189,6	32,9	<b>222,6</b>	174,6	34,5	<b>209,1</b>	146,5	32,8	<b>179,3</b>	115,8	24,5	<b>140,3</b>
15,01 a 20,0	193,0	15,8	<b>208,8</b>	229,6	0,0	<b>229,6</b>	86,7	31,4	<b>118,1</b>	51,4	30,8	<b>82,2</b>
Mais de 20,0	557,7	81,7	<b>639,4</b>	20,7	0,0	<b>20,7</b>	623,8	245,0	<b>868,8</b>	190,3	55,1	<b>245,4</b>
<b>Total</b>	<b>13.327,6</b>	<b>4.006,0</b>	<b>17.333,6</b>	<b>13.276,8</b>	<b>6.090,7</b>	<b>19.367,5</b>	<b>15.857,9</b>	<b>6.802,1</b>	<b>22.660,0</b>	<b>12.027,2</b>	<b>6.254,6</b>	<b>18.281,8</b>

Fonte: Elaborado com base em MTE/PDET/RAIS/CAGED, 2004 a 2019; Novo CAGED, 2024.

Em síntese, o período completo apresentou o volume da massa salarial concentrada praticamente em baixos rendimentos no saldo do emprego masculino e feminino (1 e 1,5 SM), com participação bem superior do emprego masculino; isso significa que o município nestes 15 anos, mesmo com a dinamização de novas atividades (comércio atacadista, turismo,

informática e serviços congêneres), não conseguiu melhorar o padrão salarial da classe trabalhadora, ao mesmo tempo em que concentrou a massa salarial no emprego masculino.

### 5.3 A evolução da massa salarial por faixa salarial mensal e nível de escolaridade

A categoria “escolaridade” é analisada neste estudo visto que ela tem uma relação importante com o emprego e o nível de renda. Com base na escola marginalista, a razão entre produtividade marginal do trabalho e nível salarial é um postulado teórico central, de maneira que níveis mais avançados de formação técnico/científica podem, em tese, implicar uma relação indireta com a renda ao criar possibilidade de aumentar a produtividade mediante o acúmulo de conhecimentos. Neste raciocínio, o comportamento da renda com base no nível de escolaridade permitiu extrair considerações acerca da melhoria (ou não) do comportamento do emprego e da renda no município com base nos níveis de escolaridade.

Por outro lado, visto que o entorno das cidades de Ilhéus e Itabuna a partir da década de 2000, foi favorecido por novas instituições de ensino superior (públicas e privadas), esta realidade tem modificado o nível educacional da região e, em particular, do município. Então, a apresentação destes dados pode nos indicar se a elevação do nível educacional (ensino superior) tem favorecido ou não o emprego e a renda.

A Tabela 5 apresenta uma maior concentração da massa salarial no nível “médio completo” (36,4%), seguido do fundamental completo e médio incompleto. A participação do superior completo na massa salarial foi de 8%.

Tabela 5 - Massa salarial da faixa de renda salarial mensal por nível de escolaridade, no município de Ilhéus, em 2004

Faixa Salarial Mensal (2004)	Escolaridade					Total
	Fundamenta l Completo	Médio Incompleto	Médio Completo	Superior. Incompleto	Superior Completo	
Até 0,50	1,9	0,0	1,8	0,0	0,0	7,1
0,51 a 1,0	362,5	454,8	1.100,1	19,7	19,7	3.906,6
1,01 a 1,5	635,5	849,9	2.291,5	44,0	26,3	4.864,5
1,51 a 2,0	457,1	311,8	956,1	104,8	59,3	2.198,8
2,01 a 3,0	824,7	365,0	774,8	163,8	96,9	2.607,3
3,01 a 4,0	439,6	71,0	351,5	116,5	116,6	1.175,3
4,01 a 5,0	131,7	4,3	171,1	25,7	125,3	494,6
5,01 a 7,0	75,8	5,3	175,8	62,8	169,5	544,4
7,01 a 10,0	14,1	41,8	163,2	64,3	173,1	464,2
10,01 a 15,0	21,9	23,4	32,8	24,8	119,6	222,6
15,01 a 20,0	0,0	16,3	103,3	15,5	73,8	208,8
Mais de 20,0	0,0	0,0	186,8	0,0	409,7	639,4
<b>Total</b>	<b>2.964,7</b>	<b>2.143,6</b>	<b>6.308,5</b>	<b>641,8</b>	<b>1.389,8</b>	<b>17.333,6</b>

Fonte: Elaborado com base em MTE/PDET/RAIS/CAGED, 2004 a 2019; Novo CAGED, 2024.

Considerando as faixas com maior concentração da massa salarial no total (0,5 até 3 SM), tem-se que ela responde por 78,3% da massa salarial total; do total da massa salarial entre 1 e 1,5 SM, o nível médio completo respondeu por 47,1%. Ou seja, quase metade de toda massa salarial do município em 2004 estava concentrada em pessoas com nível médio completo.

A Tabela 6, dados de 2019, apresenta uma maior concentração da massa salarial também no nível “médio completo” (54,2%), bem acima de 2004, seguido do superior completo e fundamental completo. Considerando as faixas com maior concentração da massa salarial no total (0,5 até 2 SM), tem-se que ela responde no total com 79,1% da massa salarial total; deste total, a faixa entre 1 e 1,5 SM (3ª linha), teve participação majoritária do nível médio completo em 67%.

A maior concentração da massa salarial para pessoas com nível superior completo ficou na faixa entre 2 e 3 SM, com massa salarial de 725,9, seguida da faixa entre 1 e 1,5 SM, com massa salarial de 526,5 e, logo adiante, a faixa entre 4 e 5 SM, concentrando 392,9 de massa salarial. Vale salientar que a massa salarial total (cruzamento da última linha com a última coluna) pouco cresceu quando comparada a 2004, passando apenas de 17.333 para 18.281 no período de 15 anos. Isso significa que a massa e o fluxo salarial quase estagnaram no período.

Tabela 6 - Massa salarial da faixa de renda salarial mensal por nível de escolaridade, no município de Ilhéus, em 2019

Faixa Salarial Mensal (2019)	Escolaridade					Total
	Fundamental Completo	Médio Incompleto	Médio Completo	Superior Incompleto	Superior Completo	
Até 0,50	3,6	63,5	81,2	9,3	5,3	<b>172,3</b>
0,51 a 1,0	200,9	317,4	2.033,4	103,1	130,8	<b>3.253,0</b>
1,01 a 1,5	591,8	687,4	5.542,6	352,9	526,5	<b>8.271,4</b>
1,51 a 2,0	314,3	227,5	1.412,9	98,3	285,6	<b>2.937,4</b>
2,01 a 3,0	135,0	59,0	457,9	104,6	725,9	<b>1.549,9</b>
3,01 a 4,0	7,0	6,3	122,3	27,5	257,0	<b>441,5</b>
4,01 a 5,0	0,0	12,3	80,5	21,6	392,9	<b>534,1</b>
5,01 a 7,0	5,2	5,2	60,4	62,9	260,4	<b>399,5</b>
7,01 a 10,0	0,0	8,7	9,2	8,6	228,3	<b>254,9</b>
10,01 a 15,0	0,0	0,0	0,0	0,0	140,3	<b>140,3</b>
15,01 a 20,0	0,0	0,0	17,5	0,0	64,7	<b>82,2</b>
Mais de 20,0	25,1	0,0	97,9	64,1	58,4	<b>245,4</b>
<b>Total</b>	<b>1.282,9</b>	<b>1.387,2</b>	<b>9.915,7</b>	<b>852,8</b>	<b>3.076,1</b>	<b>18.281,8</b>

Fonte: Elaborado com base em MTE/PDET/RAIS/CAGED, 2004 a 2019; Novo CAGED, 2024.

Em síntese, o balanço das tabelas acima entre 2004 e 2019 apresentou três realidades: a continuidade da maior participação do nível médio na massa salarial, recebendo entre 1 e 1,5 SM; segundo uma evolução da participação do nível superior na massa salarial, ficando em 2º lugar depois do nível médio, embora com participação relativa bem menor se

comparada a este, mesmo com níveis salariais baixos; terceiro que houve uma estagnação da massa salarial no período de 2004 a 2019.

#### 5.4 A evolução da massa salarial por faixa salarial mensal e faixa etária

Esta seção mostra onde houve a maior e menor concentração da massa salarial por faixa etária nos anos 2004 e 2019 (último ano disponível). Esta informação é interessante por algumas razões. Por exemplo, havendo uma maior concentração da massa salarial entre 18 e 24 anos, pode significar que essas pessoas estão trabalhando e estudando ou apenas trabalhando, com forte hipótese deste último caso. Para ter uma posição mais precisa sobre esta informação, é preciso comparar com os dados da seção anterior (faixa de renda por nível de escolaridade) ou então com o saldo do emprego por nível de escolaridade.

A maior massa salarial em 2004 (Tabela 7) se concentrou na faixa etária entre 30 e 39 anos seguida da faixa entre 18 e 24 anos (última linha). Quanto à massa salarial total por faixa de renda, tem-se a maior concentração entre 1 e 1,5 SM, seguida da faixa entre 0,5 e 1 SM (última coluna). Quando se observa a massa salarial na faixa entre 1 e 1,5 SM, ela também é maior para as pessoas entre 18 e 24 anos, seguida daquelas entre 25 e 29 anos e 30 e 39 anos. As faixas com mais de 5 SM tiveram maior massa salarial na faixa de idade entre 30 e 39 anos, seguida da faixa de 18 e 24 anos (somadas dos dados da linha 8 à linha 12).

Tabela 7 - Massa salarial da faixa de renda salarial mensal por faixa etária, no município de Ilhéus, em 2004

Faixa Salarial Mensal (2004)	Faixa Etária							Total
	Até 17	18 a 24	25 a 29	30 a 39	40 a 49	50 a 64	65 ou mais	
Até 0,50	1,40	2,40	0,50	1,88	0,39	0,50	0,00	<b>7,07</b>
0,51 a 1,0	67,53	1.504,05	823,96	883,42	445,75	167,00	14,92	<b>3.906,63</b>
1,01 a 1,5	20,84	1.740,02	1.267,97	1.212,10	500,97	113,32	5,85	<b>4.861,07</b>
1,51 a 2,0	6,77	520,55	529,63	644,02	334,44	158,42	4,92	<b>2.198,75</b>
2,01 a 3,0	0,00	322,39	553,64	926,22	647,93	157,13	0,00	<b>2.607,31</b>
3,01 a 4,0	0,00	122,81	237,18	345,54	335,61	134,20	0,00	<b>1.175,34</b>
4,01 a 5,0	0,00	35,04	114,00	168,41	112,41	64,72	0,00	<b>494,58</b>
5,01 a 7,0	0,00	23,29	130,54	185,13	133,23	72,22	0,00	<b>544,41</b>
7,01 a 10,0	0,00	25,76	94,60	119,24	87,75	128,29	8,60	<b>464,24</b>
10,01 a 15,0	0,00	24,34	13,66	80,65	47,33	45,36	11,21	<b>222,55</b>
15,01 a 20,0	0,00	0,00	0,00	66,56	107,83	34,41	0,00	<b>208,80</b>
Mais de 20,0	0,00	132,77	27,08	206,12	54,52	218,88	0,00	<b>639,37</b>
<b>Total</b>	<b>96,54</b>	<b>4.453,42</b>	<b>3.792,76</b>	<b>4.839,29</b>	<b>2.808,16</b>	<b>1.294,45</b>	<b>45,50</b>	<b>17.330,12</b>

Fonte: Elaborado com base em MTE/PDET/RAIS/CAGED, 2004 a 2019; Novo CAGED, 2024.

Para 2019 (Tabela 8), a maior massa salarial se concentrou na faixa etária entre 30 e 39 anos seguida da faixa entre 40 e 49 anos e muito próxima da faixa entre 18 e 29 anos. Quanto à massa salarial total por faixa de renda, tem-se a maior concentração entre 1 e 1,5 SM seguida

da faixa entre 0,5 e 1 SM. Quando se observa a massa salarial na faixa entre 1 e 1.5 SM, ela é maior no emprego de pessoas entre 30 e 39 anos, seguida daquelas entre 18 e 24 anos e 25 e 29 anos. A massa salarial total em 2019 (cruzamento da última linha com a última coluna) praticamente não se alterou em relação à 2004.

Tabela 8 - Massa salarial da faixa de renda salarial mensal por faixa etária, no município de Ilhéus, em 2019

Faixa Salarial Mensal (2019)	Faixa Etária							Total
	Até 17	18 a 24	25 a 29	30 a 39	40 a 49	50 a 64	65 ou mais	
Até 0,50	33,04	111,77	9,62	11,56	2,20	3,81	0,32	<b>172,32</b>
0,51 a 1,0	29,58	1.085,22	616,23	942,76	392,26	178,97	8,00	<b>3.253,02</b>
1,01 a 1,5	0,00	1.758,31	1.716,41	3.045,35	1.300,99	432,34	17,96	<b>8.271,36</b>
1,51 a 2,0	0,00	119,26	391,28	1.257,41	746,07	408,97	14,39	<b>2.937,38</b>
2,01 a 3,0	0,00	87,10	265,23	619,27	351,10	222,51	4,71	<b>1.549,92</b>
3,01 a 4,0	0,00	22,08	81,56	139,61	121,47	69,73	7,04	<b>441,49</b>
4,01 a 5,0	0,00	21,78	74,08	194,90	110,99	127,91	4,40	<b>534,06</b>
5,01 a 7,0	0,00	0,00	46,69	135,32	82,39	124,41	10,69	<b>399,50</b>
7,01 a 10,0	0,00	0,00	7,21	100,60	60,86	67,44	18,75	<b>254,86</b>
10,01 a 15,0	0,00	0,00	0,00	37,06	78,75	11,02	13,49	<b>140,32</b>
15,01 a 20,0	0,00	0,00	0,00	33,92	15,74	32,53	0,00	<b>82,19</b>
<b>Total</b>	<b>62,62</b>	<b>3.205,52</b>	<b>3.208,31</b>	<b>6.517,76</b>	<b>3.262,82</b>	<b>1.679,64</b>	<b>99,75</b>	<b>18.036,42</b>

Fonte: Elaborado com base em MTE/PDET/RAIS/CAGED, 2004 a 2019; Novo CAGED, 2024.

Um apanhado geral para o período 2004-2019 mostrou que o volume da massa salarial se manteve praticamente estagnado e em níveis salariais baixos. Os dados estão a indicar que mesmo com crescimento e diversificação das atividades econômicas no município, elas não foram capazes de dinamizar os salários.

O resumo da análise dos dois gráficos reforça os resultados obtidos para a subseção anterior quando considerado o nível de renda e de escolaridade. O predomínio de pessoas empregadas entre 18 e 24 anos de idade é justamente a faixa de idade de ingresso no ensino superior. Isto leva à hipótese de que os jovens podem estar abandonando a formação acadêmica universitária pela necessidade do emprego para ajudar no orçamento da família.

## 6 CONCLUSÕES

A análise do mercado de trabalho realizada tratou especificamente do emprego formal, isto é, com carteira assinada. Embora se reconheça a existência e participação do trabalho informal, não havia dados disponíveis a nível municipal nas fontes oficiais para o período que ora se analisou. No entanto, a importância de analisar o trabalho formal dá-se, afora outros motivos, pela importância que assumiu a diversificação das atividades econômicas após a crise do cacau.

Em relação aos contratos de trabalho, manteve-se o maior número de empregos de caráter celetista, porém houve avanço do emprego intermitente (com menor movimentação), com a aprovação da Reforma Trabalhista, e recuo do emprego temporário dentro da série analisada. Um destaque é que na comparação entre contratos celetistas e intermitentes, embora a movimentação (admissões, desligamentos e saldos) tenha sido bem superior no contrato celetista frente ao intermitente, os saldos totais entre um e outro não foram tão distantes como se esperaria, face ao crescimento deste último.

O emprego masculino prevaleceu sobre o feminino no período considerado, assim como sobre faixas salariais maiores. Quanto ao nível de escolaridade predominou o nível médio completo, com aumento da participação em 2019 do nível superior completo para maiores faixas de renda.

Embora tenha havido crescimento no número de empregos, a massa salarial não avançou e não acompanhou a evolução do emprego, pois o município não deu um salto qualitativo no emprego para faixas salariais maiores, concentrando-se basicamente na faixa entre 1 e 1,5 salário-mínimo, seja em termos de sexo, nível de escolaridade e faixa etária. O município vivenciou uma estagnação da renda e da massa salarial, concentrando-se nos níveis mais baixos de renda, o que hipoteticamente pode ter provocado uma estagnação e/ou declínio na dinâmica econômica sob a perspectiva do mercado de trabalho.

O período analisado demonstrou uma maior concentração do emprego com baixos salários, o que provocou uma barreira à ampliação do mercado interno e, por consequência, à realização do desenvolvimento econômico, no sentido de Celso Furtado, visto que, para este pensador, o consumo da classe trabalhadora desempenha papel estratégico na demanda total da economia pela via do aumento do fluxo de renda. Esta realidade em paralelo com o aumento do emprego na modalidade intermitente vem sinalizando para o fenômeno de precarização do trabalho no município.

Mesmo com o avanço na diversificação dos setores econômicos no município, após a crise do cacau, tais setores não foram capazes de gerar uma dinâmica sustentável sobre o emprego e a renda, visto que a maior concentração do emprego no nível médio de escolaridade e faixa etária entre 18 e 24 anos tem demonstrado uma grande rotatividade no emprego, com grande fluxo de admissões e demissões. Possivelmente, há uma sinalização de estagnação de tais setores existentes na geração do crescimento do emprego sustentável; são setores que atuando de forma isolada, não permitem um encadeamento de modo a convergir na promoção do dinamismo da economia e do mercado de trabalho.

Embora esta pesquisa não tenha como finalidade uma investigação sobre o desenvolvimento econômico, as seções 5 e 6 abordam categorias econômico-sociais que, de certa forma, têm um embasamento na teoria do desenvolvimento de Celso Furtado. O desenvolvimento econômico representa, para este pensador, o aumento do padrão de vida para o conjunto da coletividade que, por sua vez, depende do aumento do emprego, dos salários e da massa salarial.

Quando Furtado se refere à estrutura complexa, trata do conjunto dos setores da economia organicamente encadeados, no sentido de que o setor dominante central

retroalimenta os demais setores, impactando no emprego e no fluxo de renda da economia como um todo. Portanto, a execução do desenvolvimento econômico não pode realizar-se “sem modificações na forma de distribuição e utilização da renda” (Furtado, 1983, p. 79).

Do lado da produção, o desenvolvimento econômico depende, por sua vez, do processo de acumulação de capital e do progresso técnico (Furtado, 1983, p. 80), tema que não se tratou neste estudo, mas tão somente, o fluxo e a massa salarial com base nas faixas de renda.

Em conclusão, para Furtado, o desenvolvimento se resume à “elevação do nível material de vida [...]” ou, o que dá no mesmo, aumento do padrão de bem-estar da população, tema que também não se investigou (Furtado, 1983, p. 82).

Enfim, os dados apresentados neste estudo apresentaram pistas de que no período 2004/2023, apesar da diversificação econômica, não houve avanços no mercado de trabalho e na renda de maneira a se vislumbrar a realização do desenvolvimento econômico.

A apresentação do comportamento e evolução do emprego formal para o município de Ilhéus representa uma importante vertente do mercado de trabalho local. Caberá a estudos futuros investigar também o emprego informal e sua importância para uma análise comparativa com a que se realizou aqui, que só é possível através dos dados dos censos para o nível municipal.

## REFERÊNCIAS

ALVES, M. A. S. **Guerra fiscal e finanças federativas no Brasil: o caso do setor automotivo**. Instituto de Economia. UNICAMP: Campinas, 2001.

BRASIL. Ministério do Trabalho E Emprego. **Novo CAGED**. Disponível em: <https://app.powerbi.com/view?r=eyJrljoiNWl5NWl0ODEtYmZiYy00Mjg3LTkzNWUtY2UyYjIwMDE1YWI2liwidCI6IjNlYzkyOTY5LTVhNTEtNGYxOC04YWM5LWVmOThmYmFmYTk3OCJ9&pageName=ReportSectionb52b07ec3b5f3ac6c749>. Acesso em: 31 out. 2024.

\_\_\_\_\_. PDET/CAGED/RAIS/MICRODADOS. Disponível em: <https://bi.mte.gov.br/bgcaged/>. Acesso em: 21 out. 2024.

CENTRO DE ANÁLISE DE CONJUNTURA ECONÔMICA E SOCIAL - CACES. **Boletins trimestrais de conjuntura econômica e social da Região Intermediária Ilhéus-Itabuna**. UESC/DCEC/PROEX. Disponível em: <http://caces.uesc.br>, 2024.

DEPARTAMENTO INTERSINDICAL DE ESTATÍSTICA E ESTUDOS SOCIOECONÔMICOS - DIEESE. **A Reforma Trabalhista e os impactos sobre as relações de trabalho no Brasil**. Nota técnica n. 178, maio de 2017.

\_\_\_\_\_. **Dicionário da atividade sindical: 100 termos técnicos úteis ao trabalho de sindicalistas, militantes e assessores/as sindicais**. São Paulo: DIEESE, julho de 2023.

Disponível em: <https://www.dieese.org.br/outraspUBLICACOES/2023/dicionarioAtividadeSindical/index.html?page=2>. Acesso em: 19 out. 2024.

ESCALA. **Escala 6 x 1**. Disponível em: <https://escala.app/escala-de-trabalho/escala-6x1/>. Acesso em: 31 out. 2024.

FURTADO, C. **Teoria e Política do Desenvolvimento Econômico no Brasil**. São Paulo: Abril Cultural. Coleção Os Economistas, 1983.

LIMA, S. R. R. L. Uma investigação sobre o emprego e a renda no Pólo de Informática em Ilhéus, Bahia. **Revista Nexos Econômicos**, v. 15, n. 2, p. 29-55, jul./dez. 2021.

SUPERINTENDÊNCIA DE ESTUDOS ECONÔMICOS E SOCIAIS DA BAHIA - SEI/BAHIA. **Boletim da Conjuntura do Mercado de Trabalho**, 2002-2024. Disponível em: <https://www.ba.gov.br/sei/bcmt-boletim-da-conjuntura-do-mercado-de-trabalho>. Acesso em: 12 jul. 2025.